

Companhia Tecidos Santanense – em recuperação judicial

CNPJ/MF nº 21.255.567/0001-89

Companhia Aberta

Senhores Acionistas,

Submetemos, à sua apreciação, as demonstrações contábeis intermediárias relativas ao primeiro semestre de 2024, juntamente com o relatório sobre a revisão das informações trimestrais dos Auditores Independentes.

Contexto operacional de 2024

A Companhia tem apresentado em suas demonstrações financeiras consolidadas, despesas financeiras que foram agravadas pelo forte crescimento das taxas de juros desde o 4º trimestre de 2021. A Companhia tem honrado seus compromissos financeiros com bancos e instituições financeiras, contudo teve uma forte redução de seu capital de giro, o que impactou suas atividades operacionais. A Administração da Companhia está empenhada na recomposição do capital de giro necessário para a regularização de suas atividades operacionais. Também tem negociado o alongamento de seu passivo financeiro.

A Companhia e outras empresas do Grupo, em período anterior ao pedido de recuperação judicial, despenderam esforços para repactuação de seu passivo financeiro e para a realização de alguns imóveis, direitos creditórios e investimentos, cujos recursos foram destinados exclusivamente à liquidação de passivos e a manutenção de seu custeio.

A Santanense faturou R\$ 14,2 milhões no primeiro semestre de 2024. O quadro abaixo destaca os principais resultados no semestre e segundo trimestre.

Destaques Financeiros Consolidados	R\$ mil			
	1S2024	1S2023	2T2024	2T2023
Receita bruta	14.225	5.152	8.444	1.692
Receita líquida	2.790	4.482	3.943	1.660
Custo dos produtos vendidos	(4.883)	(4.008)	(4.406)	(1.295)
Custo de ociosidade e outros	(36.907)	(32.318)	(16.214)	(15.753)
Prejuízo bruto	(39.000)	(31.844)	(16.677)	(15.388)
Resultado operacional	(61.158)	(47.885)	(25.452)	(24.005)

Resultado operacional e EBITDA

O resultado operacional da Companhia foi impactado pela redução de suas operações.

Reconciliação EBITDA	R\$ mil			
	1S2024	1S2023	2T2024	2T2023
Prejuízo líquido	(86.038)	(58.106)	(47.416)	(27.708)
(+) Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-
(+) Resultado financeiro	(24.880)	(10.221)	(21.964)	(3.703)
(+) Depreciação e amortização	5.000	5.429	2.568	2.687
EBITDA	(105.918)	(62.898)	(66.812)	(28.724)

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido no 1S2024 foi uma despesa de R\$24,9 milhões, enquanto no 1S2023 foi uma despesa de R\$10,2 milhões.

Resultado financeiro	R\$ mil			
	1S2024	1S2023	2T2024	2T2023
Juros e encargos financeiros	(21.988)	(20.079)	(12.863)	(9.729)
Juros sobre arrendamentos	(30)	(81)	(29)	(38)
Despesas bancárias, descontos	(2.228)	(6.381)	(1.053)	(2.653)
Receitas financeiras	15.512	16.304	4.726	8.230
Variações cambiais, líquidas	(16.146)	16	(12.745)	487
Resultado financeiro	(24.880)	(10.221)	(21.964)	(3.703)

Relacionamento com auditores independentes

Em 2024, a Santanense não contratou outros serviços dos auditores independentes que não os relacionados aos trabalhos de auditoria.

Mercado de Capitais

O preço de fechamento das ações ordinárias e preferenciais da Companhia, negociada na B3 sob os códigos CTSA3 e CTSA4, respectivamente, foram iguais a R\$2,17 e R\$0,82 com desvalorização de 58,4% e 62,4%, respectivamente, em relação ao preço de fechamento do ano de 2023, enquanto o índice IBOVESPA teve desvalorização de 8,6% no 1S2024 e o índice Small Cap apresentou desvalorização de 14,9%, no mesmo período.

Recuperação Judicial

Em 8 de maio de 2024 - A Controladora indireta Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas - em recuperação judicial (“CTNM”) e suas controladas comunicaram ao mercado que receberam, no final da semana anterior, notificação enviada por Odernes Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“ODERNES”) para elas, a CTNM e outras empresas do Grupo, em que alegava vencimento antecipado da dívida representada pelas debêntures emitidas pela AMMO Varejo S.A. - em recuperação judicial (“AMMO”) em 30 de maio de 2022 e como suposta consequência do vencimento antecipado, ODERNES pretendia executar as ações de emissão da AMMO, de titularidade da Coteminas S.A. - em recuperação judicial (“CSA”), e ainda que fossem transferidas em seguida a totalidade dessas ações para a empresa Jericoacoara Participações S.A. por valor irrisório.

A CSA, por sua vez, contranotificou ODERNES informando não ter se configurado o vencimento antecipado da dívida representada pelas Debêntures, muito menos a possibilidade de serem executadas as ações da AMMO ou a transferência de tais ações para qualquer outra empresa.

Adicionalmente, conforme já amplamente informado, desde o fim da pandemia, as Companhias vêm tendo seus negócios negativamente impactados pela combinação de fatores adversos que acarretaram dificuldades financeiras.

Neste contexto, com o objetivo de garantir a preservação das atividades empresariais e de ativos da Companhia e suas controladas, que ficariam sujeitas a dano irreparável, as Companhias obtiveram deferimento, em sede liminar, do pedido de recuperação judicial, para si e outras empresas do grupo.

Em 26 de julho de 2024, após procedimento de constatação prévia, foi deferido o processamento da Recuperação Judicial em despacho de 25 de julho de 2024.

O quadro abaixo demonstra a composição dos passivos da Companhia incluídos no pedido de Recuperação Judicial, avaliados na data do pedido:

<u>Classe de crédito (lei 11.101/2005)</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Trabalhista	20.240	20.240
Quirografário	190.866	190.879
ME e EPP	2.238	2.238
Não sujeito	59.692	59.692
Fiscal	86.634	86.657
	-----	-----
	359.670	359.706
	=====	=====

Em 26 de setembro de 2024, a Companhia e demais empresas do Grupo apresentaram seu Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") nos autos do respectivo processo e conforme art. 53 da Lei nº 11.101/2005. As principais medidas previstas no PRJ envolvem: (i) reestruturação do passivo das companhias, (ii) alienação de bens e constituição de unidades produtivas isoladas, (iii) distribuição aos Credores de parte dos resultados líquidos auferidos na venda de ativos e unidades produtivas isoladas; (iv) possibilidade de captação de novos recursos pelas companhias para a implementação da retomada operacional; e (v) a preservação de investimentos essenciais para a manutenção das atividades das companhias, além da (vi) criação de fundo de investimento imobiliário (FII) para fins de dação em pagamento das respectivas cotas para fins de pagamento de parte dos credores.

A Companhia e demais empresas do Grupo vem avançando nas negociações com seus credores e apresentando os documentos relacionados ao seu PRJ à Administração Judicial no intuito de viabilizar a realização da assembleia geral de credores ("AGC") em 2025. No entanto, até a divulgação destas demonstrações contábeis intermediárias, os termos finais do PRJ, assim como de eventuais acordos de apoio ao plano, entre a Companhia e seus principais credores financeiros, ainda se encontram em tratativas.

A segunda lista de credores consolidada da Companhia e demais empresas do Grupo foi publicada em 19 de fevereiro de 2025 no Diário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, tendo o prazo para apresentação de habilitações ou impugnações de créditos se encerrado em 06 de março de 2025. Eventuais créditos não listados na relação de credores poderão ser incluídos como retardatários, nos termos do art. 10, da Lei nº 11.101/2005.

Oportunamente, a Administração Judicial apresentará a consolidação definitiva do quadro geral de credores, nos termos do art. 18 da Lei nº 11.101/2005.

Eventos subsequentes

Repactuação de empréstimos e financiamentos

Nesta seção, são apresentadas as principais informações de forma resumida. Para informações completas, favor ler Nota Explicativa 22. EVENTOS SUBSEQUENTES das Demonstrações Contábeis Intermediárias relativas a 30 de junho de 2024. As repactuações apresentadas abaixo não estão refletidas nestas Demonstrações Contábeis Intermediárias relativas a 30 de junho de 2024

Entre julho e novembro de 2024, a Companhia repactuou dívidas no montante (i) aproximadamente de R\$ 1,8 milhão com Industrial do Brasil e, (ii) de R\$ 4,0 milhões com o Banco Sofisa.

Outros eventos subsequentes

Em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Companhia, realizada em 12 de março de 2025, foi aprovado o grupamento da totalidade de ações de emissão da Companhia na proporção de 4 ações para 1 ação da mesma espécie sem modificação do valor de seu capital social.

Agradecimentos

Cumpre-nos apresentar agradecimentos aos clientes, aos colaboradores, aos fornecedores, aos acionistas, às entidades financeiras, às excelentíssimas autoridades, às entidades de classe, e a todos os que contribuíram, direta ou indiretamente, para a consecução dos nossos objetivos estratégicos e sociais.

Itaúna – MG, 28 de março de 2025.

A Administração

Companhia Tecidos Santanense

(em recuperação judicial)

Demonstrações Contábeis Intermediárias
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Trimestre Findo
em 30 de junho de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

CLA - Clifton Larson Allen Brasil Auditores
Independentes S/S.

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

Companhia Tecidos Santanense - em Recuperação Judicial

Itaúna - MG

Introdução

Fomos contratados para revisar as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da **Companhia Tecidos Santanense - em Recuperação Judicial ("Companhia")**, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance de Revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para Abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

1. A Companhia incorreu em prejuízos de R\$ 86.038 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$ 210.171 mil na controladora e R\$ 210.237 mil no consolidado, respectivamente.

Adicionalmente, conforme descrito na nota explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, em 8 de maio de 2024, a Companhia comunicou ao mercado que ajuizou pedido de Recuperação Judicial, o qual foi deferido em 26 de julho de 2024. Nos termos da Lei nº 11.101/2005, a Companhia apresentou o plano de recuperação judicial em 26 de setembro de 2024, contendo o detalhamento dos meios de recuperação a serem empregados, a demonstração de sua viabilidade econômica e a avaliação dos seus bens e ativos. O referido plano de recuperação judicial inclui as alternativas para retomada das operações e geração de caixa. Atualmente, o plano ainda não foi aprovado pelos credores e encontra-se em fase de discussão, podendo ainda sofrer aperfeiçoamentos e mudanças até a realização da Assembleia Geral de Credores, que será oportunamente convocada em data ainda a ser definida pelo juiz responsável pela recuperação judicial.
2. No trimestre findo em 30 de junho de 2024, a Companhia e suas controladas apresentaram indicação de que os valores contábeis dos seguintes ativos poderiam exceder seus valores recuperáveis líquidos: imobilizado, direito de uso e partes relacionadas, cujos saldos consolidados, em 30 de junho de 2024, montam a R\$ 95.522 mil, R\$ 1.146 mil e R\$ 254.654 mil, respectivamente. Entretanto, a Companhia e suas controladas não realizaram o teste de redução no valor recuperável (*impairment*) com premissas observáveis destes ativos, em 30 de junho de 2024, como requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos". Devido à ausência de premissas observáveis no teste do valor recuperável, bem como considerando o cenário descrito no parágrafo anterior, não nos foi possível concluir sobre a necessidade de se registrar eventuais perdas por redução ao valor recuperável nos referidos ativos, tampouco seus possíveis impactos nas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do período de seis meses findo em 30 de junho de 2024.
3. Conforme descrito na nota explicativa nº 20 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a Companhia apresenta, em 30 de junho de 2024, no consolidado, Custo dos produtos vendidos e custos com ociosidade no valor de R\$ 4.883 mil e R\$ 36.907 mil, respectivamente. Até a presente data, não nos foram disponibilizadas todas as informações atualizadas com detalhamentos e evidências suficientes e apropriadas para que pudéssemos determinar se algum ajuste seria necessário nas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do período de seis meses findo em 30 de junho de 2024.

Considerando os aspectos acima descritos, esse conjunto de elementos e a sua pervasividade no contexto das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, que inclusive remete a um cenário de múltiplas incertezas, não nos permitem neste momento reunir evidências apropriadas e suficientes para concluir sobre a adequação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, inclusive quanto ao pressuposto de continuidade e sua correspondente base para a elaboração em 30 de junho de 2024.

Abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Devido à relevância dos assuntos descritos na seção "Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas", não nos foi possível obter evidências apropriadas e suficientes para fundamentar nossa conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM. Conseqüentemente, não expressamos conclusão sobre essas informações intermediárias individuais e consolidadas.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado individuais e consolidadas

Fomos contratados, também, para revisar as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Devido à relevância dos assuntos descritos na seção " Base para abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas ", também não nos foi possível obter evidências apropriadas e suficientes para fundamentar nossa conclusão sobre essas demonstrações em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Revisão das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, comparativas, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2023 e sobre a abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

O exame das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2023 foi conduzido sobre a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria, com abstenção de opinião referente a (i) Plano de Recuperação Judicial e valor recuperável de ativos, (ii) Impostos devidos e parcelamentos, (iii) Obrigações Fiscais e Sociais, (iv) Custos dos produtos vendidos, custo de ociosidade e outros, em 02 de dezembro de 2024.

A revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 foi conduzida sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de revisão sobre aquelas informações trimestrais, sem modificações, em 05 de setembro de 2023.

São Paulo, 28 de março de 2025.

CLA - Clifton Larson Allen Brasil Auditores Independentes S/S
CRC 2SP-048.811/O-0



Thiago Benazzi Arteiro
Contador CRC 1SP-273.332/O-9

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE – (em recuperação judicial)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de Reais)

ATIVOS

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30.06.2024	31.12.2023	30.06.2024	31.12.2023
CIRCULANTE:					
Caixa e equivalentes de caixa	3	7.086	27.585	7.087	27.586
Duplicatas a receber	4	13.351	38.456	13.351	38.456
Estoques	5.a	52.609	51.740	52.609	51.740
Adiantamentos a fornecedores	5.b	2.574	1.491	2.574	1.491
Impostos a recuperar	14.c	11.150	8.200	11.150	8.200
Outros créditos a receber		4.059	4.692	4.079	4.715
		-----	-----	-----	-----
Total do ativo circulante		90.829	132.164	90.850	132.188
		-----	-----	-----	-----
NÃO CIRCULANTE:					
Realizável a longo prazo:					
Depósitos judiciais	16	7.725	7.712	7.725	7.712
Partes relacionadas	13	254.654	222.190	254.654	222.190
Outros créditos a receber		-	12.773	-	12.773
Impostos a recuperar	14.c	23.294	29.783	23.294	29.783
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.b	36.217	36.217	36.217	36.217
		-----	-----	-----	-----
		321.890	308.675	321.890	308.675
		-----	-----	-----	-----
Investimentos em controladas	6	72.792	72.809	-	-
Propriedades para investimento	7	-	-	78.010	78.010
Outros investimentos		175	175	175	175
Imobilizado	8	95.522	100.304	95.522	100.304
Direitos de uso	9	1.146	920	1.146	920
Intangível		3	4	3	4
		-----	-----	-----	-----
Total do ativo não circulante		491.528	482.887	496.746	488.088
		-----	-----	-----	-----
Total dos ativos		582.357	615.051	587.596	620.276
		=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE – (em recuperação judicial)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de Reais)

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30.06.2024	31.12.2023	30.06.2024	31.12.2023
PASSIVOS					
CIRCULANTE:					
Empréstimos e financiamentos	11	179.585	177.196	179.585	177.196
Fornecedores	10	65.396	50.184	65.412	50.186
Obrigações fiscais e sociais		24.894	14.189	24.894	14.189
Impostos e taxas		118	88	174	125
Dividendos a pagar	12.b	852	852	852	852
Imposto de renda e contribuição social		-	-	15	15
Arrendamentos a pagar	15	688	769	688	769
Impostos devidos e parcelamentos	14.d	23.175	20.325	23.175	20.325
Outras contas a pagar		6.292	4.788	6.292	4.788
		-----	-----	-----	-----
Total do passivo circulante		301.000	268.391	301.087	268.445
		-----	-----	-----	-----
NÃO CIRCULANTE:					
Empréstimos e financiamentos	11	37.724	35.983	37.724	35.983
Arrendamentos a pagar	15	471	222	471	222
Partes relacionadas	13	19	-	5	5
Provisões diversas	16	28.422	20.079	28.422	20.079
Provisão para impostos diferidos	14.b	-	-	5.166	5.166
Impostos devidos e parcelamentos	14.d	79.455	69.529	79.455	69.529
Outras obrigações		4.541	4.082	4.541	4.082
		-----	-----	-----	-----
Total do passivo não circulante		150.632	129.895	155.784	135.066
		-----	-----	-----	-----
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:					
	12				
Capital realizado		180.000	180.000	180.000	180.000
Reservas de lucros		8.511	8.511	8.511	8.511
Ajuste de avaliação patrimonial		28.022	28.022	28.022	28.022
Ajuste acumulado de conversão		230	232	230	232
Prejuízos acumulados		(86.038)	-	(86.038)	-
		-----	-----	-----	-----
Total do patrimônio líquido		130.725	216.765	130.725	216.765
		-----	-----	-----	-----
Total dos passivos e patrimônio líquido		582.357	615.051	587.596	620.276
		=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE – (em recuperação judicial)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora			
		01.04.2024	01.01.2024	01.04.2023	01.01.2023
		a	a	a	a
		30.06.2024	30.06.2024	30.06.2023	30.06.2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19	3.943	2.790	1.660	4.482
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	20	(4.406)	(4.883)	(1.295)	(4.008)
CUSTO DE OCIOSIDADE E OUTROS	20	(16.214)	(36.907)	(15.753)	(32.318)
PREJUÍZO BRUTO		(16.677)	(39.000)	(15.388)	(31.844)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:					
De vendas	20	(1.028)	(2.670)	(1.367)	(3.604)
Gerais e administrativas	20	(4.679)	(8.701)	(4.782)	(8.827)
Honorários da administração	20	(457)	(1.398)	(786)	(1.548)
Equivalência patrimonial em controladas	6	(1)	(15)	(104)	(104)
Outras, líquidas		(2.611)	(9.375)	(1.669)	(2.049)
RESULTADO OPERACIONAL		(25.453)	(61.159)	(24.096)	(47.976)
Despesas financeiras – juros e encargos		(12.863)	(21.988)	(9.638)	(19.988)
Juros sobre arrendamentos	15	(29)	(30)	(38)	(81)
Despesas bancárias, impostos, descontos e outros		(1.052)	(2.227)	(2.652)	(6.380)
Receitas financeiras		4.726	15.512	8.229	16.303
Variações cambiais, líquidas		(12.745)	(16.146)	487	16
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(47.416)	(86.038)	(27.708)	(58.106)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO		(47.416)	(86.038)	(27.708)	(58.106)
PREJUÍZO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO:					
Ações ordinárias – R\$	21	(1,5989)	(2,9012)	(0,9343)	(1,9593)
Ações preferenciais – R\$	21	(1,7587)	(3,1913)	(1,0278)	(2,1553)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE – (em recuperação judicial)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Consolidado			
		01.04.2024	01.01.2024	01.04.2023	01.01.2023
		a	a	a	a
		30.06.2024	30.06.2024	30.06.2023	30.06.2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19	3.943	2.790	1.660	4.482
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	20	(4.406)	(4.883)	(1.295)	(4.008)
CUSTO DE OCIOSIDADE E OUTROS	20	(16.214)	(36.907)	(15.753)	(32.318)
PREJUÍZO BRUTO		(16.677)	(39.000)	(15.388)	(31.844)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:					
De vendas	20	(1.028)	(2.670)	(1.367)	(3.604)
Gerais e administrativas	20	(4.680)	(8.716)	(4.795)	(8.840)
Honorários da administração	20	(457)	(1.398)	(786)	(1.548)
Outras, líquidas		(2.610)	(9.374)	(1.669)	(2.049)
RESULTADO OPERACIONAL		(25.452)	(61.158)	(24.005)	(47.885)
Despesas financeiras - juros e encargos		(12.863)	(21.988)	(9.729)	(20.079)
Juros sobre arrendamentos	15	(29)	(30)	(38)	(81)
Despesas bancárias, impostos, descontos e outros		(1.053)	(2.228)	(2.653)	(6.381)
Receitas financeiras		4.726	15.512	8.230	16.304
Variações cambiais, líquidas		(12.745)	(16.146)	487	16
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(47.416)	(86.038)	(27.708)	(58.106)
Provisão para imposto de renda e contribuição social:					
Corrente	14.a	-	-	-	-
Diferido	14.a	-	-	-	-
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO		(47.416)	(86.038)	(27.708)	(58.106)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE – (em recuperação judicial)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	Controladora e consolidado			
	01.04.2024 a 30.06.2024	01.01.2024 a 30.06.2024	01.04.2023 a 30.06.2023	01.01.2023 a 30.06.2023
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(47.416)	(86.038)	(27.708)	(58.106)
Outros resultados abrangentes--				
- Itens que impactarão o resultado:				
Variação cambial sobre investimento no exterior	(3)	(2)	4	8
	-----	-----	-----	-----
	(3)	(2)	4	8
	-----	-----	-----	-----
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	(47.419)	(86.040)	(27.704)	(58.098)
	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE – (em recuperação judicial)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2023

(Em milhares de Reais)

	Capital realizado	Reservas de lucros			Retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Ajuste acumulado de conversão	Prejuízos acumulados	Total
		Benefícios fiscais	Legal	Lucros a realizar					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	180.000	57.191	17.596	1.469	25.949	28.934	211	-	311.350
Resultado abrangente:									
Prejuízo líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	(58.106)	(58.106)
Variação cambial sobre investimento no exterior	-	-	-	-	-	-	8	-	8
Total do resultado abrangente	-	-	-	-	-	-	8	(58.106)	(58.098)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023	180.000	57.191	17.596	1.469	25.949	28.934	219	(58.106)	253.252

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE – (em recuperação judicial)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>Capital realizado</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Ajuste acumulado de conversão</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	180.000	8.511	28.022	232	-	216.765
Resultado abrangente:						
Prejuízo líquido do período	-	-	-	-	(86.038)	(86.038)
Variação cambial sobre investimento no exterior	-	-	-	(2)	-	(2)
Total do resultado abrangente	-	-	-	(2)	(86.038)	(86.040)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024	180.000	8.511	28.022	230	(86.038)	130.725

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE – (em recuperação judicial)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	01.01.2024	01.01.2023	01.01.2024	01.01.2023
	a	a	a	a
	30.06.2024	30.06.2023	30.06.2024	30.06.2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo líquido do período	(86.038)	(58.106)	(86.038)	(58.106)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do período ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	5.000	5.429	5.000	5.429
Equivalência patrimonial	15	104	-	-
Resultado na alienação de ativos permanentes	(1.961)	354	(1.961)	354
Juros e encargos, líquidos	8.260	9.307	8.260	9.398
Juros sobre arrendamentos	30	81	30	81
Variação cambial	16.146	(16)	16.146	(16)
Provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas	8.343	-	8.343	-
	<u>(50.205)</u>	<u>(42.847)</u>	<u>(50.220)</u>	<u>(42.860)</u>
Variações nas contas de ativos e passivos				
Duplicatas a receber	25.407	41.141	25.407	41.141
Estoques	(869)	(1.532)	(869)	(1.532)
Adiantamentos a fornecedores	(1.083)	67	(1.083)	67
Impostos a recuperar	3.539	(1.505)	3.539	(1.505)
Fornecedores	14.503	10.484	14.517	10.484
Outros	30.318	2.967	30.338	2.958
	<u>21.610</u>	<u>8.775</u>	<u>21.629</u>	<u>8.753</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais antes de juros e impostos				
Juros pagos sobre empréstimos	(2.321)	(13.491)	(2.321)	(13.491)
Comissões e encargos pagos sobre empréstimos	(595)	(2.886)	(595)	(2.886)
	<u>18.694</u>	<u>(7.602)</u>	<u>18.713</u>	<u>(7.624)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado	(60)	(169)	(60)	(169)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	1.103	1.063	1.103	1.063
Empréstimos entre partes relacionadas	(37.933)	24.125	(37.952)	24.140
	<u>(36.890)</u>	<u>25.019</u>	<u>(36.909)</u>	<u>25.034</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento				

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE – (em recuperação judicial)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>01.01.2024</u>	<u>01.01.2023</u>	<u>01.01.2024</u>	<u>01.01.2023</u>
	<u>a</u>	<u>a</u>	<u>a</u>	<u>a</u>
	<u>30.06.2024</u>	<u>30.06.2023</u>	<u>30.06.2024</u>	<u>30.06.2023</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Ingresso de novos empréstimos	16.547	17.324	16.547	17.324
Liquidação de empréstimos	(18.618)	(58.913)	(18.618)	(58.913)
Liquidação de arrendamentos	(233)	(600)	(233)	(600)
Dividendos pagos	-	(135)	-	(135)
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(2.304)	(42.324)	(2.304)	(42.324)
	-----	-----	-----	-----
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalente de caixa em moeda estrangeira	1	-	1	-
	-----	-----	-----	-----
Diminuição do caixa e equivalentes de caixa	(20.499)	(24.907)	(20.499)	(24.914)
	-----	-----	-----	-----
Caixa e equivalentes de caixa:				
No início do período	27.585	26.800	27.586	26.872
No fim do período	7.086	1.893	7.087	1.958
	-----	-----	-----	-----
Diminuição do caixa e equivalentes de caixa	(20.499)	(24.907)	(20.499)	(24.914)
	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE – (em recuperação judicial)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	01.01.2024	01.01.2023	01.01.2024	01.01.2023
	a	a	a	a
	30.06.2024	30.06.2023	30.06.2024	30.06.2023
RECEITAS				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	4.963	5.078	4.963	5.078
Resultado na alienação de ativos permanentes	1.961	(354)	1.961	(354)
	-----	-----	-----	-----
	6.924	4.724	6.924	4.724
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(1.861)	(3.147)	(1.861)	(3.147)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(32.006)	(22.248)	(32.005)	(22.252)
	-----	-----	-----	-----
	(33.867)	(25.395)	(33.866)	(25.399)
VALOR CONSUMIDO BRUTO	(26.943)	(20.671)	(26.942)	(20.675)
RETENÇÕES				
Depreciação e amortização	(5.000)	(5.429)	(5.000)	(5.429)
	-----	-----	-----	-----
VALOR CONSUMIDO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	(31.943)	(26.100)	(31.942)	(26.104)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO POR TRANSFERÊNCIA				
Equivalência patrimonial	(15)	(104)	-	-
Receitas financeiras	15.512	16.303	15.512	16.303
Variação cambial ativa	352	(1.535)	352	(1.535)
	-----	-----	-----	-----
	15.849	14.664	15.864	14.768
VALOR CONSUMIDO TOTAL A RETER	(16.094)	(11.436)	(16.078)	(11.336)
	=====	=====	=====	=====
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR RETIDO				
Remuneração do trabalho	25.335	25.913	25.335	25.913
Impostos, taxas e contribuições	6.114	1.707	6.129	1.716
Remuneração de capitais de terceiros	38.495	19.050	38.496	19.141
Remuneração de capitais próprios	(86.038)	(58.106)	(86.038)	(58.106)
	-----	-----	-----	-----
VALOR CONSUMIDO RETIDO	(16.094)	(11.436)	(16.078)	(11.336)
	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE – (em recuperação judicial)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

EM 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Tecidos Santanense – em recuperação judicial (“Companhia”) é uma companhia aberta, cujas ações são negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob as siglas “CTSA3” e “CTSA4”. A Companhia é controlada pela Oxford Comércio e Participações S.A. – em recuperação judicial (“Oxford”) e sediada na rua Doutor Alcides Gonçalves, número 1.500, em Itaúna, MG.

A Companhia e a controlada Santanense Argentina S.A. têm por objetivo social a indústria têxtil; atividades afins; confecção e comercialização de produtos do vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPI, destinados à segurança do trabalho; a exportação e importação de produtos ligados à sua finalidade, podendo participar do capital de outras empresas e adquirir títulos negociáveis no mercado de capitais. A Companhia possui ainda a controlada operacional, Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda. – em recuperação judicial, cujo objetivo é a administração de imóveis para investimento.

A Companhia tem apresentado em suas demonstrações financeiras consolidadas, despesas financeiras que foram agravadas pelo forte crescimento das taxas de juros desde o 4º trimestre de 2021. A Companhia estava honrando seus compromissos financeiros com bancos e instituições financeiras, contudo teve uma forte redução de seu capital de giro o que impactou suas atividades operacionais.

A Companhia e outras empresas do Grupo, em período anterior ao pedido de recuperação judicial, despenderam esforços para repactuação de seu passivo financeiro e para a realização de alguns imóveis, direitos creditórios e investimentos, cujos recursos foram destinados exclusivamente à liquidação de passivos e a manutenção de seu custeio.

A Administração da Companhia está empenhada na recomposição do capital de giro necessário para a regularização de suas atividades operacionais, em consequência da reestruturação estratégica e operacional realizada em decorrência do Pedido de Recuperação Judicial.

Recuperação Judicial

Em 8 de maio de 2024 - A Controladora indireta Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas - em recuperação judicial (“CTNM”) e suas controladas comunicaram ao mercado que receberam, no final da semana anterior, notificação enviada por ODERNES Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“ODERNES”) para elas, a CTNM e outras empresas do Grupo, em que alegava vencimento antecipado da dívida representada pelas debêntures emitidas pela AMMO Varejo S.A. - em recuperação judicial (“AMMO”) em 30 de maio de 2022 e como suposta consequência do vencimento antecipado, ODERNES pretendia excutir as ações de emissão da AMMO, de titularidade da Coteminas S.A. - em recuperação judicial (“CSA”), e ainda que fossem transferidas em seguida a totalidade dessas ações para a empresa Jericoacoara Participações S.A. por valor irrisório.

A CSA, por sua vez, contranotificou ODERNES informando não ter se configurado o vencimento antecipado da dívida representada pelas Debêntures, muito menos a possibilidade de serem excutidas as ações da AMMO ou a transferência de tais ações para qualquer outra empresa.

Adicionalmente, conforme já amplamente informado, desde o fim da pandemia, as Companhias vêm tendo seus negócios impactados negativamente pela combinação de fatores adversos que acarretaram dificuldades financeiras.

Neste contexto, com o objetivo de garantir a preservação das atividades empresariais e de ativos da Companhia e suas controladas, que ficariam sujeitas a dano irreparável, as Companhias obtiveram deferimento, em sede liminar, do pedido de recuperação judicial, para si e outras empresas do grupo.

Em 26 de julho de 2024, após procedimento de constatação prévia, foi deferido o processamento da Recuperação Judicial em despacho de 25 de julho de 2024.

O quadro abaixo demonstra a composição dos passivos da Companhia incluídos no pedido de Recuperação Judicial, avaliados na data do pedido:

<u>Classe de crédito (Lei 11.101/2005)</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Trabalhista	20.240	20.240
Quirografário	190.866	190.879
ME e EPP	2.238	2.238
Não sujeito	59.692	59.692
Fiscal	86.634	86.657
	-----	-----
	359.670	359.706
	=====	=====

Em 26 de setembro de 2024, a Companhia e demais empresas do Grupo apresentaram seu Plano de Recuperação Judicial ("PRJ") nos autos do respectivo processo e conforme art. 53 da Lei nº 11.101/2005. As principais medidas previstas no PRJ envolvem: (i) reestruturação do passivo das companhias, (ii) alienação de bens e constituição de unidades produtivas isoladas, (iii) distribuição aos Credores de parte dos resultados líquidos auferidos na venda de ativos e unidades produtivas isoladas; (iv) possibilidade de captação de novos recursos pelas companhias para a implementação da retomada operacional; e (v) a preservação de investimentos essenciais para a manutenção das atividades das companhias, além da (vi) criação de fundo de investimento imobiliário (FII) para fins de dação em pagamento das respectivas cotas para fins de pagamento de parte dos credores.

A Companhia e demais empresas do Grupo vem avançando nas negociações com seus credores e apresentando os documentos relacionados ao seu PRJ à Administração Judicial no intuito de viabilizar a realização da assembleia geral de credores ("AGC") em 2025. No entanto, até a divulgação destas demonstrações contábeis intermediárias, os termos finais do PRJ, assim como de eventuais acordos de apoio ao plano, entre a Companhia e seus principais credores financeiros, ainda se encontram em tratativas.

A segunda lista de credores consolidada da Companhia e demais empresas do Grupo foi publicada em 19 de fevereiro de 2025 no Diário Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, tendo o prazo para apresentação de habilitações ou impugnações de créditos se encerrado em 06 de março de 2025. Eventuais créditos não listados na relação de credores poderão ser incluídos como retardatários, nos termos do art. 10, da Lei nº 11.101/2005.

Oportunamente, a Administração Judicial apresentará a consolidação definitiva do quadro geral de credores, nos termos do art. 18 da Lei nº 11.101/2005.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações contábeis intermediárias foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 28 de março de 2025.

A Companhia apresenta suas demonstrações contábeis intermediárias individuais ("Controladora") e consolidadas ("Consolidado"), elaboradas, simultaneamente, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - "Interim

Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, bem como as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicadas às informações trimestrais - ITR.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que estavam em vigor em 30 de junho de 2024. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem com as utilizadas pela administração da Companhia em sua gestão.

2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional das suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido.

As demonstrações contábeis intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira da sucursal Argentina incluídos nas demonstrações contábeis intermediárias da Companhia possuem moeda funcional diferente da moeda de apresentação e são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações contábeis intermediárias;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste acumulado de conversão” e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do período. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas no resultado do período como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros--A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado (“FVTPL”), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”) e ao custo amortizado.

i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma

transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo ou passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo ou passivo.

iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Os instrumentos financeiros classificados no passivo, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros.

Os juros, atualização monetária e variação cambial, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

iv) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos contratados não são designados para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

(c) Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros--Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;

- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada, que inclui as perdas de crédito esperadas. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(e) Títulos e valores mobiliários--Representados por aplicações financeiras de liquidez imediata e com vencimento superior a 90 dias e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários referentes à fundos de investimento em instrumentos patrimoniais são classificados como ativos financeiros, não derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado. Todos os demais títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros não derivativos, mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(f) Duplicatas a receber de clientes e provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa--As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. A Companhia adotou a mensuração da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos há mais de 180 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente.

(g) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens

descontinuados e/ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(h) Investimentos--Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas controladas na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido da controlada sediada no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de "Ajuste acumulado de conversão" no patrimônio líquido e também apresentado como "Outros resultados abrangentes" na demonstração do resultado abrangente.

(i) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos, exceto quando atendem os critérios para capitalização.

(j) Propriedades para investimento--São propriedades mantidas para obter renda ou valorização do capital. São registradas inicialmente ao custo e incluem os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo valor justo em contrapartida de resultados abrangentes líquidos dos efeitos tributários, e a partir de então, são avaliadas anualmente ao valor justo e as variações decorrentes desta avaliação e os efeitos tributários, são reconhecidos no resultado do período.

(k) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	<u>Vida útil</u>
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
Usina hidroelétrica (Pequena Central Hidroelétrica)	25 anos
Móveis, utensílios e outros	5 a 15 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(l) Direito de uso--A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos, ajustado a valor presente. A amortização é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

(m) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(n) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros-- Os bens do imobilizado, os intangíveis, os estoques e outros ativos circulantes e não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do período. As perdas com estes ativos, reconhecidas em outros períodos, poderão ser revertidas sempre que houver uma avaliação ou evidência confiável de que o valor do ativo

tenha se recuperado. A reversão é reconhecida no resultado do período e não ultrapassa o valor reconhecido anteriormente como provável perda.

(o) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no período, se aplicável. Para a controlada sediada no exterior, a alíquota de imposto é de 35%.

(p) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(g) Arrendamentos a pagar--A mensuração do passivo de arrendamento, correspondem ao total dos pagamentos futuros de aluguéis. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo, e quando aplicável, são ajustados por alterações e atualizações previstas nos contratos. A contrapartida é contabilizada como direito de uso e amortizado durante o período do contrato de arrendamento pelo método linear. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescente dos contratos. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento.

(r) Provisões diversas--São constituídas em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(s) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação--O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do período atribuído aos acionistas da companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não possui potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro (prejuízo) por ação.

(t) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do período, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Ajuste acumulado de conversão".

(u) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando o controle é transferido, isto é, na ocasião da entrega ao cliente.

(v) Demonstrações do Valor Adicionado ("DVA")--Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis intermediárias individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis intermediárias.

2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis intermediárias, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações contábeis intermediárias incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à estimativa do valor de recuperação de ativos financeiros (notas explicativas nº 2.2.c e nº 4), seleção da vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.2.k e nº 8), estimativa do valor de recuperação de ativos não financeiros (notas explicativas nº 2.2.n, nº 5.a, nº 8 e nº 9), valor justo de propriedades para investimento (notas explicativas nº 2.2.j e nº 7), provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.2.r e nº 16), provisões para impostos sobre a renda (notas explicativas nº 2.2.o e nº 14), determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) (notas explicativas nº 2.2.b e nº 17) e outras similares.

2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas abrangem as demonstrações contábeis intermediárias da controladora e de suas controladas Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda. – em recuperação judicial (“Santanense Empreendimentos”) e Santanense Argentina S.A., das quais possui 100% do capital social.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementadas com a eliminação do investimento na empresa controlada, dos lucros não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação.

O efeito da variação cambial para os investimentos no exterior está destacado na demonstração das mutações do patrimônio líquido na rubrica “Ajuste acumulado de conversão” e apresentado como “Outros resultados abrangentes” na demonstração do resultado abrangente. As práticas contábeis da controlada sediada no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora.

As demonstrações contábeis intermediárias da empresa controlada sediada no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do Peso Argentino vigente em 30 de junho de 2024, de R\$0,0061 (R\$0,0060 em 31 de dezembro de 2023) e pela média mensal para as contas de resultado.

2.5 – Novas IFRS, revisões das IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro do IASB).

a) Os pronunciamentos contábeis do IASB abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Impactos</u>
Emenda IAS 1 – Classificação de passivos como circulante e não circulante e Revisão de Pronunciamento Técnico nº 26 – Apresentação das demonstrações contábeis.	As alterações visam promover a consistência na aplicação dos requisitos, ajudando as empresas a determinar se, na demonstração da posição financeira, a dívida e outros passivos com data de liquidação incerta devem ser classificados como circulantes (vencidos ou potencialmente exigíveis dentro de um ano).	Vide nota explicativa nº 11 às demonstrações contábeis intermediárias

b) Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória em 2026 e 2027. Todavia, foi permitida a adoção antecipada dessas normas, interpretações e alterações de normas.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
Norma IFRS S1 – Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade	Em atenção à Resolução CVM nº 193/2023, visa exigir que uma entidade divulgue informações sobre os seus riscos e oportunidades relacionados com a sustentabilidade que sejam úteis para os usuários principais de relatórios financeiros para fins gerais na tomada de decisões relacionadas com o fornecimento de recursos à entidade.	Adoção obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Estamos avaliando os impactos da norma para atendimento conforme prazo definido na mesma.
Norma IFRS S2 – Divulgações relacionadas ao clima	Em atenção à Resolução CVM nº 193/2023, visa estabelecer os requisitos para identificar, mensurar e divulgar informações sobre riscos e oportunidades relacionados com o clima que sejam úteis para os usuários principais de relatórios financeiros para fins gerais na tomada de decisões relacionadas com o fornecimento de recursos à entidade.	Adoção obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Estamos avaliando os impactos da norma para atendimento conforme prazo definido na mesma.
Norma IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras	As alterações visam promover a consistência na apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, fornecendo aos investidores uma melhor base para analisar e comparar o desempenho das empresas. As principais alterações da norma são: (i) Novas categorias e subtópicos no DRE: operacional, investimento e financiamento; (ii) Divulgação em notas explicativas sobre métricas não GAAP (EBITDA); e (iii) Apresentação das despesas operacionais especificadas por natureza.	Adoção obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. Estamos avaliando os impactos da norma para adoção antecipada ou atendimento conforme prazo definido na mesma.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.2024</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>30.06.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Depósitos bancários	6.087	5.067	6.087	5.067
Operações compromissadas (*)	25	21.690	25	21.690
Depósitos no exterior	-	-	1	1
Bloqueios judiciais	974	828	974	828
	-----	-----	-----	-----
	7.086	27.585	7.087	27.586
	=====	=====	=====	=====

(*) Os rendimentos das aplicações financeiras correspondem a 100% das taxas que remuneraram os Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

4. DUPLICATAS A RECEBER

	<u>Controladora e consolidado</u>	
	<u>30.06.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Cientes no mercado interno	24.131	40.894
Cientes no mercado externo	9.847	18.189
	-----	-----
	33.978	59.083
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(20.627)	(20.627)
	-----	-----
	13.351	38.456
	=====	=====

As duplicatas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 50 dias (76 dias em 31 de dezembro de 2023).

A Administração da Companhia considera que o risco relativo às duplicatas a receber de clientes é minimizado pelo fato da composição da carteira de clientes da Companhia ser diluída. A Companhia possui mais de 2.597 clientes ativos em 30 de junho de 2024 e apenas três clientes representam historicamente mais de 4% da receita de vendas ou do contas a receber.

A composição das contas a receber consolidada por idade de vencimento foi apresentada nas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Não houve mudança significativa na composição das contas a receber por idade de vencimento durante o trimestre findo em 30 de junho de 2024.

Em 30 de junho de 2024, considerando as informações subseqüentes à essa data até a divulgação das demonstrações contábeis intermediárias, não foram identificadas perdas relevantes não provisionadas.

A movimentação da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	<u>Controladora e consolidado</u>	
	<u>30.06.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Saldo no início do período	(20.627)	(20.602)
Adições	-	(124)
Varição cambial	-	99
	-----	-----
Saldo no final do período	(20.627)	(20.627)
	=====	=====

5. ESTOQUES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

a. Estoques

	Controladora e consolidado	
	30.06.2024	31.12.2023
Matérias-primas e secundários	11.262	9.408
Produtos em elaboração	13.609	14.625
Produtos acabados	8.769	8.797
Peças de reposição	18.969	18.910
	-----	-----
	52.609	51.740
	=====	=====

Os grupos de estoques de matéria prima, secundários e produtos em elaboração possuem um baixo risco de perda, pois a conversão em produto acabado pode ser administrada. O grupo de estoque de produtos acabados é avaliado pela sua rentabilidade, e principalmente aqueles estoques considerados descontinuados e obsoletos. Em 30 de junho de 2024, não foram identificadas potenciais perdas esperadas na realização desses estoques. Os custos de ociosidade, quando ocorrem, são reconhecidos diretamente no resultado do período e não são considerados no custo de produção.

b. Adiantamentos a fornecedores

Ano	Controladora		Consolidado	
	30.06.2024	31.12.2023	30.06.2024	31.12.2023
2025	2.574	1.491	2.574	1.491
	=====	=====	=====	=====

6. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

	Patri- mônio líquido	Partici- pação - %	Resultado do período	Total dos investimentos		Equivalência patrimonial	
				30.06.2024	31.12.2023	30.06.2024	30.06.2023
Santanense Empreendimentos	72.798	100	(15)	72.798	72.813	(15)	(104)
Santanense Argentina S.A.	(6)	100	-	(6)	(4)	-	-
				-----	-----	-----	-----
				72.792	72.809	(15)	(104)
				=====	=====	=====	=====

	31.12.2023	Equivalência patrimonial	Ajuste acumulado de conversão	30.06.2024
Santanense Empreendimentos	72.813	(15)	-	72.798
Santanense Argentina S.A.	(4)	-	(2)	(6)
	-----	-----	-----	-----
	72.809	(15)	(2)	72.792
	=====	=====	=====	=====

	31.12.2022	Equivalência patrimonial	Ajuste acumulado de conversão	30.06.2023
Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda.	73.465	(104)	-	73.361
Santanense Argentina S.A.	(25)	-	8	(17)
	-----	-----	-----	-----
	73.440	(104)	8	73.344
	=====	=====	=====	=====

7. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Os saldos consolidados das propriedades para investimento são conforme segue:

	30.06.2024			31.12.2023
	Imóveis Itaúna (1)	Outros imóveis (2)	Total	Total
Custo residual do imóvel	1.250	-	1.250	1.250
Mais valia apurada	76.000	760	76.760	76.760
	-----	-----	-----	-----
Valor justo	77.250	760	78.010	78.010
	=====	=====	=====	=====

As propriedades para investimento não apresentaram movimentações no 1º semestre de 2024 e 2023, respectivamente.

A Companhia obteve avaliações efetuadas por especialistas em avaliações imobiliárias para determinação do valor justo de todos os imóveis e, a diferença positiva entre o custo residual do imóvel e o valor justo apurado, líquido dos efeitos tributários, foi registrada em "Outros resultados abrangentes", na categoria de itens que não afetarão o resultado no caso de avaliação inicial ao valor justo e no resultado do período quando apurada variação do valor justo a partir da segunda mensuração.

(1) Imóveis Itaúna: Em 2018, a controlada Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda. deu início à elaboração de projeto conjunto com construtora parceira, para a instalação de loteamentos nos terrenos localizados na região de Itaúna, em Minas Gerais. Com o direcionamento destes imóveis para este novo projeto, os valores dos terrenos foram transferidos para a rubrica "Propriedades para investimento", avaliados ao valor justo. A controlada previa ceder seus terrenos para a instalação de loteamentos, em contrapartida à aproximadamente 36,5% de participação no valor total de vendas do referido loteamento, líquidos de impostos e comissões de venda. Em 2022 o projeto foi descontinuado e a Companhia registrou a totalidade do valor justo dos ativos. Os valores apurados foram os seguintes:

	30.06.2024	31.12.2023
Custo residual do imóvel	1.250	1.250
Mais valia apurada (a)	76.000	76.000
	-----	-----
Valor justo (b)	77.250	77.250
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$5.115 (R\$5.115 em 31 de dezembro de 2023). Vide nota explicativa nº 14.b às demonstrações contábeis intermediárias.

(b) Valor justo apurado conforme laudos de avaliação efetuados por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2023. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

(2) Outros imóveis: Esses imóveis foram classificados como propriedades para investimento e são assim compostos:

	30.06.2024	31.12.2023
Custo residual do imóvel	-	-
Mais valia apurada (a)	760	760
	-----	-----
Valor justo (b)	760	760
	=====	=====

(a) Apurado imposto diferido passivo de R\$51 (R\$51 em 31 de dezembro de 2023). Vide nota explicativa nº 14.b às demonstrações contábeis intermediárias.

(b) Valor justo apurado conforme laudos de avaliação efetuados por Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, para o exercício de 2023. Para a mensuração do valor justo foi aplicada a “abordagem de mercado” (classificação nível 2), sendo as principais informações utilizadas os preços comparáveis por m² de imóveis similares na região e área dos imóveis.

8. IMOBILIZADO

	Taxa (*) %	Controladora e consolidado			
		Custo	30.06.2024		31.12.2023
			Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e benfeitorias	-	935	-	935	949
Edifícios	2,5	54.347	(29.546)	24.801	25.386
Instalações	6,7	57.502	(40.057)	17.445	18.592
Máquinas e equipamentos	6,1	164.221	(124.208)	40.013	42.674
Usina hidroelétrica	3,5	23.246	(13.193)	10.053	10.322
Móveis, utensílios e outros	6,1	8.442	(7.580)	862	1.000
Obras em andamento	-	1.413	-	1.413	1.381
		-----	-----	-----	-----
		310.106	(214.584)	95.522	100.304
		=====	=====	=====	=====

(*) Taxa média ponderada anual de depreciação, excluindo os itens totalmente depreciados.

A Companhia possui apenas uma unidade geradora de caixa que contempla todos os seus ativos imobilizados e é representada basicamente por um único produto: “tecidos planos”.

Tendo em vista a expectativa de regularização de suas atividades e geração de caixa, a Companhia não encontrou indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos como imobilizado.

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados é conforme segue:

	Terrenos e benfeitorias	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Usina hidro-elétrica	Móveis, utensílios e outros	Obras em andamento (1)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	949	25.386	18.592	42.674	10.322	1.000	1.381	100.304
Adições	-	-	-	-	20	8	32	60
Baixas líquidas	(14)	-	-	-	-	(8)	-	(22)
Transferências								
- Imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação do período	-	(585)	(1.147)	(2.661)	(289)	(138)	-	(4.820)
Saldo em 30 de junho de 2024	935	24.801	17.445	40.013	10.053	862	1.413	95.522
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	Terrenos e benfeitorias	Edifícios	Instalações	Máquinas e equipamentos	Usina hidro-elétrica	Móveis, utensílios e outros	Obras em andamento (1)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	950	26.571	20.887	48.055	10.907	1.321	1.006	109.697
Adições	-	-	-	-	64	-	105	169
Baixas líquidas	-	-	(41)	(330)	(104)	(44)	-	(519)
Transferências								
- Imobilizado	-	16	79	362	-	-	(457)	-
Depreciação do período	-	(597)	(1.164)	(2.716)	(291)	(157)	-	(4.925)
Saldo em 30 de junho de 2023	950	25.990	19.761	45.371	10.576	1.120	654	104.422
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Obras em andamento correspondem principalmente a modernização de máquinas e equipamentos.

9. DIREITOS DE USO

A composição dos direitos de uso sobre arrendamentos contratados é como segue:

	Taxa (*) % a.a.	Controladora e consolidado			
		30.06.2024		31.12.2023	
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis	50,0	2.539	(1.399)	1.140	878
Veículos	50,0	143	(137)	6	42
		-----	-----	-----	-----
		2.682	(1.536)	1.146	920
		=====	=====	=====	=====

(*) A taxa média de amortização corresponde ao prazo médio dos contratos de arrendamentos dos respectivos bens de direito de uso.

A movimentação dos saldos consolidados dos direitos de uso no período foi como segue:

	<u>Imóveis</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	878	42	920
Adições (1)	1.303	-	1.303
Baixas	(865)	-	(865)
Amortização do período	(176)	(36)	(212)
	-----	-----	-----
Saldo em 30 de junho de 2024	1.140	6	1.146
	=====	=====	=====
	<u>Imóveis</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.620	208	1.828
Adições (1)	-	84	84
Amortização do período	(377)	(160)	(537)
	-----	-----	-----
Saldo em 30 de junho de 2023	1.243	132	1.375
	=====	=====	=====

(1) Inclui novos contratos de arrendamento, renovação de contratos existentes e atualização dos valores dos arrendamentos.

10. FORNECEDORES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.06.2024</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>30.06.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Mercado interno	58.163	47.869	58.177	47.869
Mercado externo	3.711	3.233	3.713	3.235
Empresas associadas:				
Mercado interno	1.882	-	1.882	-
Mercado externo	2.109	1.836	2.109	1.836
	-----	-----	-----	-----
Total	65.865	52.938	65.881	52.940
Circulante	(65.396)	(50.184)	(65.412)	(50.186)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante (a)	469	2.754	469	2.754
	=====	=====	=====	=====

(a) Incluída na rubrica "Outras obrigações".

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de aproximadamente 288 dias (40 dias em 31 de dezembro 2023).

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	Juros - % a.a.	Vencimento	Controladora e consolidado	
				30.06.2024	31.12.2023
Moeda nacional:					
Banco ABC do Brasil S.A. – CCE	R\$	4,9 + CDI	2026	19.050	17.767
Banco Safra S.A. – CCB	R\$	6,2 e 6,5 + CDI	2029	18.561	17.631
Banco do Brasil S.A. – CCB (a) (1) (2)	R\$	100,0 do CDI	2033	19.502	18.448
Banco Fibra S.A. – CCE	R\$	3,0 + CDI	2029	4.745	1.525
Banco Sofisa S.A. – CCB	R\$	6,7 + CDI	2024	3.720	9.585
Banco BOCOM BBM – CCB	R\$	7,0 + CDI	2025	6.873	6.441
Banco ABC do Brasil – CCB	R\$	3,9 + CDI	2026	5.529	6.967
Banco Industrial do Brasil S.A. - CCB	R\$	9,0 + CDI	2025	-	24.641
Banco ABC do Brasil – CCE	R\$	155,0 do CDI	2027	6.302	5.864
FIDC da Indústria Exodus Institucional	R\$	16,8 e 34,5 + CDI	2025	7.000	-
Nova SRM Administração de Recursos e Finanças S.A	R\$	34,5 + CDI	2024	916	-
Outros	R\$	-	2024	1.050	1.004
				93.248	109.873
Moeda estrangeira:					
Banco Industrial do Brasil S.A.	US\$	13,2	2024	2.206	2.436
TopFashion Business Co, Ltd. (b) (1) (2)	US\$	3,8 + SOFR	2026	120.785	100.870
Banco ABC do Brasil S.A. – ACC	US\$	11,5	2024	1.070	-
				124.061	103.306
Total				217.309	213.179
Circulante				(39.298)	(61.794)
Não circulante				178.011	151.385

(1) Contratos com cláusulas de vencimento antecipado, os quais suas parcelas de longo prazo, no valor de R\$140.287, foram reclassificadas para o passivo circulante no balanço patrimonial em 30 de junho de 2024. Os valores reclassificados foram como segue:

	Controladora e consolidado		
	Vencimento original	Reclassificação	Apresentação Balanço
Circulante	39.298	140.287	179.585
Não circulante	178.011	(140.287)	37.724
Total dos Empréstimos	217.309	-	217.309

(2) Em 31 de dezembro 2023, diante do não cumprimento de certos índices financeiros relativos a esse empréstimo, a Companhia apresentou as parcelas de longo prazo no passivo circulante no balanço patrimonial. Os valores reclassificados foram como segue:

	Controladora e consolidado		
	Vencimento original	Reclassificação	Apresentação Balanço
Circulante	61.794	115.402	177.196
Não circulante	151.385	(115.402)	35.983
Total dos Empréstimos	213.179	-	213.179

(a) Empréstimo com cláusula de vencimento antecipado, onde a Springs Global Participações S.A. (“SGPSA”), na condição de avalista, comprometeu-se a atingir o seguinte índice financeiro: razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo 3,5 vezes em suas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas anuais.

(b) Empréstimo com cláusula de vencimento antecipado, onde a Companhia comprometeu-se a atingir alguns covenants operacionais na vigência do contrato de empréstimo. A SOFR (Secured Overnight Financing Rate) é uma taxa de financiamento utilizada em captações de recursos garantidos por títulos do governo dos Estados Unidos (US Treasury bonds).

Os empréstimos são garantidos por aval, duplicatas a receber e imóveis.

Os vencimentos (originais) dos empréstimos são como segue:

	2024	2025		2026	2027 a 2033	Total
		Curto Prazo	Longo prazo			
Moeda nacional:						
Banco ABC do Brasil S.A. – CCE	5.450	3.548	3.548	6.504	-	19.050
Banco Safra S.A. – CCB	-	1.714	2.246	4.493	10.108	18.561
Banco do Brasil S.A. – CCB	-	-	-	638	18.864	19.502
Banco Fibra S.A. – CCE	29	-	589	1.179	2.948	4.745
Banco Sofisa S.A. – CCB	3.720	-	-	-	-	3.720
Banco BOCOM BBM – CCB	6.545	328	-	-	-	6.873
Banco ABC do Brasil – CCB	1.935	980	980	1.634	-	5.529
Banco ABC do Brasil – CCB	1.703	1.104	1.104	2.207	184	6.302
FIDC da Indústria Exodus Institucional	4.000	3.000	-	-	-	7.000
Nova SRM Administração de Recursos e Finanças S.A	916	-	-	-	-	916
Outros	1.050	-	-	-	-	1.050
	<u>25.348</u>	<u>10.674</u>	<u>8.467</u>	<u>16.655</u>	<u>32.104</u>	<u>93.248</u>
Moeda estrangeira:						
Banco Industrial do Brasil S.A.	2.206	-	-	-	-	2.206
Topfashion Business Co., Ltd.	-	-	-	120.785	-	120.785
Banco ABC do Brasil S.A. – ACC	1.070	-	-	-	-	1.070
	<u>3.276</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>120.785</u>	<u>-</u>	<u>124.061</u>
Total	<u>28.624</u>	<u>10.674</u>	<u>8.467</u>	<u>137.440</u>	<u>32.104</u>	<u>217.309</u>

Considerando os eventos subsequentes a 30 de junho de 2024, vide maiores detalhes na nota explicativa nº 22.a às demonstrações contábeis intermediárias.

A movimentação consolidada dos empréstimos foi como segue:

	<u>30.06.2024</u>	<u>30.06.2023</u>
Saldo no início do período	213.179	159.059
Novas captações ou renovações	16.547	17.146
Juros provisionados	12.557	13.063
Amortização de principal	(18.618)	(58.913)
Pagamento de juros	(2.321)	(13.491)
Variação cambial	15.748	(503)
Encargos antecipados	-	178
Dação de imóveis em pagamento (1) (2)	(19.783)	-
	-----	-----
Saldo no final do período	<u>217.309</u>	<u>116.539</u>
	=====	=====

(1) Em março de 2024, a Companhia e a CSA entregaram imóveis em Dação de pagamento para quitação parcial de seus empréstimos com o Banco Sofisa (sendo R\$6.905 da Companhia), via mútuo com as empresas proprietárias dos imóveis (CSA e Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda. – em recuperação judicial).

(2) Em maio de 2024, a Companhia em conjunto com a controladora indireta CTNM e CSA, entregaram imóveis em Dação de pagamento para quitação parcial de seus empréstimos com o Banco Industrial do Brasil, no valor total de R\$64.340 (sendo R\$12.878 da Companhia), via mútuo com as empresas proprietárias dos imóveis (CTNM, Encorpar Empreendimentos Imobiliários – em recuperação judicial e Seda S.A.).

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 está representado como segue:

	Nº de ações	
	<u>30.06.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Ordinárias	9.510.277	9.510.277
Preferenciais:		
PN	18.314.504	18.314.504
	-----	-----
	<u>27.824.781</u>	<u>27.824.781</u>
	=====	=====

Todas as ações são nominativas e sem valor nominal. As ações preferenciais não possuem direito de voto e gozam das seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso do capital na hipótese de liquidação; e (b) direito a dividendos de 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

b. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a legislação societária e o estatuto.

c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída anualmente nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

d. Reserva de benefícios fiscais

A reserva de isenção de impostos é constituída quando há redução da base de cálculo de imposto de renda e contribuição social dos benefícios fiscais e estaduais.

e. Ajuste acumulado de conversão

É registrado como ajuste acumulado de conversão, a variação cambial de investimento no exterior, referente à controlada Santanense Argentina S.A.

f. Ajuste de avaliação patrimonial

É registrado como ajuste de avaliação patrimonial, o reflexo de controlada sobre a mais valia apurada no reconhecimento inicial das propriedades para investimento a valor justo, líquida de impostos (vide nota explicativa nº 7 às demonstrações contábeis intermediárias).

13. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	A receber		A pagar	
	30.06.2024	31.12.2023	30.06.2024	31.12.2023
Controladora:				
Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS – em recuperação judicial	254.654	222.190	-	-
Santanense Empreendimentos Imobiliários Ltda. – em recuperação judicial	-	-	19	-
	-----	-----	-----	-----
	254.654	222.190	19	-
	=====	=====	=====	=====
Consolidado:				
Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS – em recuperação judicial	254.654	222.190	-	-
Coteminas Argentina S.A.	-	-	5	5
	-----	-----	-----	-----
	254.654	222.190	5	5
	=====	=====	=====	=====
Encargos financeiros receitas/(despesas)				
			30.06.2024	30.06.2023
Consolidado:				
Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS – em recuperação judicial			13.926	15.728
Coteminas S.A. – em recuperação judicial			114	(2.293)
Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda. – em recuperação judicial			(17)	(13)
Springs Global Participações S.A. – em recuperação judicial			-	37
Seda S.A			270	-
			-----	-----
Total			14.293	13.459
			=====	=====

Os saldos referem-se a mútuos contratados com a Companhia em condições equitativas de acordo com as práticas de mercado. Os encargos são calculados de acordo com o custo médio dos empréstimos da companhia cedente do recurso.

No primeiro semestre de 2024, a Companhia adquiriu produtos intermediários da parte relacionada Coteminas S.A. – em recuperação judicial, no valor de R\$ 1.524 (R\$3.072 no mesmo período de 2023). As transações são efetuadas a preços de mercado.

A Encorpar Empreendimentos Imobiliários Ltda.- em recuperação judicial e a Companhia possuem contrato de locação do imóvel onde se situam os seus escritórios. No primeiro semestre de 2024, foram apropriadas despesas de aluguel no valor de R\$275 (R\$413 no mesmo período de 2023).

Os valores totais pagos e provisionados a diretores e pessoas-chave da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Honorários da administração”. A Companhia não possui obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo aos diretores e pessoas-chave da Administração.

14. IMPOSTO DE RENDA E OUTROS IMPOSTOS

a. Conciliação da despesa de imposto de renda e de contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2024	30.06.2023	30.06.2024	30.06.2023
Resultado antes dos impostos:	(86.038)	(58.106)	(86.038)	(58.106)
Equivalência patrimonial	15	104	-	-
Diferenças permanentes	2	90	2	90
	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos sobre o lucro	(86.021)	(57.912)	(86.036)	(58.016)
Alíquota de 34%	29.247	19.690	29.252	19.725
Créditos fiscais não constituídos	(29.246)	(19.690)	(29.246)	(19.690)
Outras deduções líquidas	(1)	-	(1)	-
Ajuste ao lucro presumido	-	-	(5)	(35)
	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	-	-	-	-
	=====	=====	=====	=====

b. Impostos diferidos

Os valores de impostos diferidos, registrados nas demonstrações contábeis intermediárias da controladora e consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis e prejuízos fiscais da controladora e de suas controladas e são compostos como segue:

Consolidado:	Saldos em 31.12.2023	Reconhecido no resultado	Outros	Saldos em 30.06.2024
Imposto diferido ativo:				
Diferenças temporárias	4.028	-	-	4.028
Prejuízo fiscal, líquido	36.216	-	-	36.216
Reclassificações para apresentação de balanço (1)	(4.027)	-	-	(4.027)
	-----	-----	-----	-----
	36.217	-	-	36.217
Imposto diferido passivo:				
Propriedades para investimento (2)	(5.166)	-	-	(5.166)
Diferenças temporárias	(4.027)	-	-	(4.027)
Reclassificações para apresentação de balanço (1)	4.027	-	-	4.027
	-----	-----	-----	-----
	(5.166)	-	-	(5.166)
	-----	-----	-----	-----
Total de impostos diferidos, líquido	31.051	-	-	31.051
	=====	=====	=====	=====
Total do ativo não circulante	36.217	-	-	36.217
Total do passivo não circulante	(5.166)	-	-	(5.166)
	=====	=====	=====	=====

(1) Reclassificações efetuadas para apresentação do balanço.

(2) Vide nota explicativa nº 7 às demonstrações contábeis intermediárias.

A Companhia, com base em plano de negócios e projeções futuras, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados.

As projeções futuras consideram os resultados operacionais da Companhia, para os próximos 10 anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse período e o consequente custo da dívida, dentre outras ações. Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos como segue:

Ano	Consolidado		Total
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais	
2026	-	1.875	1.875
2027	-	2.842	2.842
2028	-	1.086	1.086
2029	-	1.222	1.222
A partir de 2030	4.028	29.191	33.219
	-----	-----	-----
	4.028	36.216	40.244
	=====	=====	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável, enquanto que os prejuízos fiscais são limitados a 30% do lucro tributável. Ambos não têm prazo para prescrição.

Em 30 de junho de 2024, a Companhia possuía R\$ 162.280 em prejuízos fiscais (R\$84.726 em 31 de dezembro de 2023) e R\$162.292 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$84.614 em 31 de dezembro de 2023), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias.

c. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2024	31.12.2023	30.06.2024	31.12.2023
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	23.294	23.773	23.294	23.773
Pis e Cofins a recuperar	1.140	7.001	1.140	7.001
INSS a recuperar	53	53	53	53
Imposto de renda e contribuição social antecipados	9.818	7.028	9.818	7.028
Outros	139	128	139	128
	-----	-----	-----	-----
	34.444	37.983	34.444	37.983
Circulante	(11.150)	(8.200)	(11.150)	(8.200)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante	23.294	29.783	23.294	29.783
	=====	=====	=====	=====

d. Impostos devidos e parcelamentos

Os impostos devidos e parcelamentos consolidados são atualizados pela taxa SELIC e são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2024	31.12.2023	30.06.2024	31.12.2023
Impostos e contribuições federais	100.676	87.920	100.676	87.920
Outros parcelamentos	1.954	1.934	1.954	1.934
	-----	-----	-----	-----
	102.630	89.854	102.630	89.854
Circulante	(23.175)	(20.325)	(23.175)	(20.325)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante	79.455	69.529	79.455	69.529
	=====	=====	=====	=====

Os vencimentos dos impostos parcelados são como segue:

	2024	2025		2026	2027 a 2031	Total
		Curto prazo	Longo prazo			
Impostos e contribuições federais	12.459	9.560	9.560	19.120	49.977	100.676
Outros parcelamentos	908	248	248	440	110	1.954
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total a pagar	13.367	9.808	9.808	19.560	50.087	102.630
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

A Companhia possui parcelamentos vigentes e pedidos de parcelamento de impostos e contribuições em atraso. A classificação contábil considera a possibilidade legal de obtenção dos parcelamentos conforme legislação aplicável e respectiva quantidade de parcelas, incluindo multas e juros incorridos.

15. ARRENDAMENTOS A PAGAR

A composição dos arrendamentos a pagar é como segue:

	Taxa % a.a.	Controladora e consolidado		
		Vencimentos	30.06.2024	31.12.2023
Imóveis	10,34	2026	1.153	946
Veículos	10,34	2024	6	45
			-----	-----
			1.159	991
Circulante			(688)	(769)
			-----	-----
Não circulante			471	222
			=====	=====

Os vencimentos dos arrendamentos são como segue:

	2024	2025		2026	Total
		Curto prazo	Longo prazo		
Imóveis	358	358	358	179	1.253
Veículos	7	-	-	-	7
	-----	-----	-----	-----	-----
Total bruto	365	358	358	179	1.260
Ajuste a valor presente	(9)	(26)	(40)	(26)	(101)
	-----	-----	-----	-----	-----
Total a pagar	356	332	318	153	1.159
	=====	=====	=====	=====	=====

A movimentação consolidada dos arrendamentos a pagar é como segue:

	30.06.2024			30.06.2023
	Imóveis	Veículos	Total	Total
Saldo no início do período	946	45	991	1.882
Adições	1.303	-	1.303	84
Baixas	(932)	-	(932)	-
Encargos	29	1	30	81
Pagamentos	(193)	(40)	(233)	(600)
	-----	-----	-----	-----
Saldo no final do período	1.153	6	1.159	1.447
	=====	=====	=====	=====

Os efeitos no resultado para os períodos findos em 30 de junho de 2024 e 2023 são como segue:

	Controladora e consolidado	
	30.06.2024	30.06.2023
Arrendamentos pagos no período	233	600
Amortização de direitos de uso	(212)	(537)
Juros apropriados sobre arrendamentos	(30)	(81)
Baixas, Líquidas	67	-
	-----	-----
Total dos efeitos com a aplicação da norma IFRS 16	58	(18)
	=====	=====

A Administração da Companhia considerou como componente de arrendamento somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, considerando os prazos vigentes nos contratos. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental de empréstimo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira. A taxa incremental de empréstimo corresponde à taxa de juros que a Companhia teria que pagar, caso contratasse financiamento para a aquisição de ativos similares aos direitos de uso, com valor similar, e sob as mesmas condições contratuais e econômicas do arrendamento.

16. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia possui processos tributários e cíveis, cuja perda foi estimada como possível, no valor de R\$10.771 e R\$3.449 respectivamente (R\$10.771 e R\$479, respectivamente, em 31 de dezembro de 2023). Os principais processos tributários correspondem a: (i) Mandado de Segurança referente a manutenção de débitos no parcelamento PRORELIT (R\$ 2.255); (ii) Auto de Infração referente a GILRAT (R\$ 2.800); e (iii) não homologação das compensações referente a COFINS (R\$ 2.830). Os principais cíveis correspondem a: (i) medidas para atender comunidades afetadas pelas chuvas e pelo estado de atenção da barragem de água Central Geradora Hidrelétrica ("CGH") (R\$ 1.000); e (ii) ação indenizatória com discussão sobre corretagem, submetida à conciliação nos termos do artigo 334 do CPC (R\$ 1.970).

Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Controladora e consolidado	
	30.06.2024	31.12.2023
Tributários	11.171	10.826
Trabalhistas	12.233	4.199
Cíveis e outras	5.018	5.054
	-----	-----
	28.422	20.079
	=====	=====
Depósitos judiciais	7.725	7.712
	=====	=====

Tributários – Provisão sobre crédito complementar de PIS COFINS no valor de R\$10.682 (R\$10.337 em 31 de dezembro de 2023)

Trabalhistas--A Companhia é polo passivo em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

Cíveis e outras--A Companhia estima gastos de aproximadamente R\$3.176 (R\$3.213 em 31 de dezembro de 2023) com demandas administrativas e judiciais, limpeza e demais adequações para a retomada da geração de energia nas Usinas, que foram inundadas com as chuvas de janeiro de 2022.

As movimentações do saldo das provisões diversas são apresentadas a seguir:

	Saldos em 31.12.2023	Adições	Baixas	Saldos em 30.06.2024
Tributários	10.826	345	-	11.171
Trabalhistas	4.199	8.034	-	12.233
Cíveis e outras	5.054	-	(36)	5.018
	-----	-----	-----	-----
	20.079	8.379	(36)	28.422
	=====	=====	=====	=====

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A Companhia pode realizar operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2024	31.12.2023	30.06.2024	31.12.2023
ATIVOS FINANCEIROS--				
Custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	7.086	27.585	7.087	27.586
Duplicatas a receber	13.351	38.456	13.351	38.456
Outros créditos a receber (c)	4.059	4.692	4.079	4.715
Depósitos judiciais	7.725	7.712	7.725	7.712
Partes relacionadas	254.654	222.190	254.654	222.190
Outros créditos a receber (nc)	-	12.773	-	12.773
PASSIVOS FINANCEIROS--				
Custo amortizado:				
Empréstimos e financiamentos (c)	179.585	177.196	179.585	177.196
Fornecedores	65.396	50.184	65.412	50.186
Outras contas a pagar	6.292	4.788	6.292	4.788
Empréstimos e financiamentos (nc)	37.724	35.983	37.724	35.983
Partes relacionadas	19	-	5	5
Outras obrigações	4.541	4.082	4.541	4.082

(c) circulante

(nc) não circulante

Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela Administração da Companhia. Os riscos econômico-

financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia utiliza e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--Os valores justos dos empréstimos e financiamentos aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações contábeis intermediárias em função de que estão indexados por taxas flutuantes de juros (CDI), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros a Companhia estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos e determinados títulos e valores mobiliários, que são classificados como mensurados ao "valor justo por meio de resultado", todos os ativos e passivos financeiros listados acima são classificados como mensurados ao "Custo Amortizado". Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como "Mensurados ao valor justo por meio do resultado" e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada, tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. Todos os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações contábeis intermediárias da Companhia. Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não havia operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

d.2 - Política de uso de derivativos--Conforme política interna, o resultado da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1 - Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros na Companhia:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros sujeitos à exposição cambial da Companhia são como segue:

Instrumentos financeiros	Controladora	
	30.06.2024	31.12.2023
Duplicatas a receber	9.847	18.189
Fornecedores	(5.820)	(5.069)
Empréstimos e financiamentos	(124.061)	(103.306)
Outras contas a pagar	(91)	(79)
	-----	-----
Total da exposição em Reais	(120.125)	(90.265)
	-----	-----
Total da exposição em milhares de Dólares equivalentes	(21.609)	(18.644)
	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros acima, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em dólares norte-americanos já contratados em 30 de junho de 2024 são como segue:

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2024	Alta do Dólar	119	(20)	140	300
2026	Alta do Dólar	(21.728)	(13.691)	(47.310)	(80.929)
		-----	-----	-----	-----
		(21.609)	(13.711)	(47.170)	(80.629)
		=====	=====	=====	=====

Os valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa.

O cenário "Provável" representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de Dólares e comparando com a taxa do dólar no final do período atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma variação das taxas futuras de Dólares em 25% e 50% respectivamente. As taxas futuras de dólares foram obtidas na B3.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. O aumento do preço do algodão, de forma significativa pode acarretar aumento no custo de seu produto em prazo e montantes que a Companhia não consiga repassar ao mercado consumidor, reduzindo suas margens. Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023 não havia contratos em aberto, passíveis de flutuação de preço.

d.5 - Risco de taxa de juros--O caixa e equivalentes de caixa rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI. Os passivos sobre os quais incidem juros equivalentes à CDI estão demonstrados na nota explicativa nº 11 e vencem substancialmente no curto prazo.

Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos e as taxas contratadas, a exposição às variações de mercado nas taxas de juros do CDI, para os empréstimos contratados são como segue:

Descrição	30.06.2024			31.12.2023	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: novembro/2026	3.423	258	-	3.681	3.425
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: novembro/2026	3.912	294	-	4.206	3.919
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: novembro/2026	4.401	331	-	4.732	4.409
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: novembro/2026	3.912	271	-	4.183	3.919
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,9% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: novembro/2026	2.091	157	-	2.248	2.095
(referência à nota explicativa nº 11)				19.050	17.767
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,2% Contraparte: Banco Safra S.A. Vencimento: fevereiro/2029	3.910	126	-	4.036	4.117
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,5% Contraparte: Banco Safra S.A. Vencimento: fevereiro/2029	14.060	465	-	14.525	13.514
(referência à nota explicativa nº 11)				18.561	17.631
Contrato de empréstimo -- Juros: 100,0% do CDI Contraparte: Banco do Brasil S.A. Vencimento: dezembro/2033	18.864	638	-	19.502	18.448
(referência à nota explicativa nº 11)				19.502	18.448
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,0% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: junho/2029	1.575	10	-	1.585	1.525
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,0% Contraparte: Banco Fibra S.A. Vencimento: maio/2029	3.141	19	-	3.160	-
(referência à nota explicativa nº 11)				4.745	1.525
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 6,7% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: novembro/2024	3.333	387	-	3.720	3.707

Descrição	30.06.2024			31.12.2023	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,4% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: dezembro/2024 (*)	-	-	-	-	110
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,3% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: janeiro/2027 (*)	-	-	-	-	2.654
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 8,3% Contraparte: Banco Sofisa S.A. Vencimento: janeiro/2027 (*)	-	-	-	-	3.114
(referência à nota explicativa nº 11)				3.720	9.585
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,0% Contraparte: Banco BOCOM BBM Vencimento: janeiro/2025	5.911	962	-	6.873	6.441
(referência à nota explicativa nº 11)				6.873	6.441
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: outubro/2026	5.229	300	-	5.529	5.565
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 3,9% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: janeiro/2024	-	-	-	-	1.402
(referência à nota explicativa nº 11)				5.529	6.967
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,0% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: maio/2025 (*)	-	-	-	-	16.833
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,0% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: fevereiro/2024	-	-	-	-	4.687
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 9,0% Contraparte: Banco Industrial do Brasil S.A. Vencimento: fevereiro/2024	-	-	-	-	3.121
(referência à nota explicativa nº 11)				-	24.641
Contrato de empréstimo -- Juros: 155% do CDI Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: janeiro/2027	5.518	784	-	6.302	-
(referência à nota explicativa nº 11)				6.302	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 16,8% Contraparte: FIDC da Indústria Exodus Institucional Vencimento: junho/2025	6.000	-	-	6.000	-

Descrição	30.06.2024			31.12.2023	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 34,5% Contraparte: FIDC da Indústria Exodus Institucional Vencimento: julho/2024	1.000	-	-	1.000	-
(referência à nota explicativa nº 11)				7.000	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 34,5% Contraparte: Nova SRM Administração de Recursos e Finanças S.A. Vencimento: julho/2024	916	-	-	916	-
(referência à nota explicativa nº 11)				916	-
	87.196	5.002	-	92.198	103.005

(*) Contratos encerrados antecipadamente devido a renegociações.

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de pagamentos do principal e juros em 30 de junho de 2024, é como segue:

Vencimento	Risco	Saldo médio do principal	Cenários		
			Provável	II	III
2024	Alta do CDI	34.908	2.045	2.660	3.142
2025	Alta do CDI	39.992	7.805	9.675	11.329
2026	Alta do CDI	41.382	8.436	11.813	14.263
2027	Alta do CDI	29.562	3.648	5.169	6.110
2028	Alta do CDI	23.520	2.648	3.903	4.662
2029	Alta do CDI	19.897	1.959	2.989	3.610
2030	Alta do CDI	18.156	1.841	2.804	3.389
2031	Alta do CDI	17.095	1.734	2.611	3.156
2032	Alta do CDI	15.563	1.583	2.371	2.867
2033	Alta do CDI	10.611	1.075	1.611	1.947

Os valores demonstrados nos cenários acima se referem à despesa de juros em seus respectivos cenários, considerando-se os saldos médios dos empréstimos naquele ano.

O cenário "Provável" representa o resultado da evolução da taxa de juros dos Certificados de Depósitos Bancários, considerando-se as taxas futuras do CDI e os vencimentos do principal e dos juros. Para os cenários II e III, foi considerado um aumento das taxas futuras do CDI em 25% e 50% respectivamente. As taxas de juros futuras do CDI foram obtidas na B3.

d.6 - Risco de crédito--A Companhia está sujeita ao risco de crédito com respeito aos equivalentes de caixa. Esse risco é mitigado pela política de aplicar os recursos disponíveis somente em instituições financeiras de grande porte.

O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das

informações oriundas de diversos departamentos da empresa, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

d.7 - Gestão de liquidez— A Companhia apresentou os valores dos ativos e passivos financeiros consolidados de acordo com os vencimentos de seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de liquidação dos mesmos, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas em suas demonstrações financeiras anuais para o período findo em 31 de dezembro de 2023. Em 30 de junho de 2024, não houve alteração significativa em relação ao divulgado nas demonstrações financeiras anuais.

d.8 - Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações contábeis intermediárias.

A dívida líquida consolidada da Companhia pode ser assim composta:

	<u>30.06.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Empréstimos e financiamentos	217.309	213.179
Caixa e equivalentes de caixa	(7.087)	(27.586)
	-----	-----
Total da dívida líquida	210.222	185.593
	-----	-----
Total do patrimônio líquido	130.725	216.765
	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	340.947	402.358
	=====	=====

18. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de como alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. Tendo em vista que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada, a Companhia concluiu que possui somente um segmento operacional.

A Companhia possui duas fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem e acabamento de tecidos planos (brins) utilizados principalmente para o vestuário. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos.

A Administração da Companhia também gerencia seus negócios por região geográfica. As regiões de negócios destacadas são: Brasil e Outros países (Argentina e EUA, principalmente).

Abaixo a Companhia apresenta as informações consolidadas por região geográfica:

	Consolidado	
	30.06.2024	30.06.2023
Vendas Líquidas:		
Brasil	10.067	2.614
Outros países	(7.277)	1.868
	-----	-----
	2.790	4.482
	=====	=====

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado do período:

	Consolidado	
	30.06.2024	30.06.2023
RECEITA OPERACIONAL:		
Receitas brutas	14.225	5.152
Deduções das receitas	(11.435)	(670)
	-----	-----
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.790	4.482
	=====	=====

20. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e a sua classificação por função.

Por natureza:

	Consolidado	
	30.06.2024	30.06.2023
Custo das matérias primas, materiais e serviços adquiridos de terceiros	(20.152)	(16.567)
Remuneração e benefícios a empregados	(25.335)	(25.912)
INSS	(3.044)	(1.939)
Depreciação e amortização	(5.000)	(5.429)
Varição dos estoques em processo e acabado	(1.043)	(471)
	-----	-----
	(54.574)	(50.318)
	=====	=====

Por função:

	Consolidado	
	30.06.2024	30.06.2023
Custo dos produtos vendidos	(4.883)	(4.008)
Custo de ociosidade	(36.907)	(32.318)
Vendas	(2.670)	(3.604)
Gerais e administrativas	(8.716)	(8.840)
Honorários da administração	(1.398)	(1.548)
	-----	-----
	(54.574)	(50.318)
	=====	=====

21. PREJUÍZO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O cálculo do prejuízo básico por ação foi calculado como segue:

	30.06.2024	30.06.2023
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(86.038)	(58.106)
Resultado atribuído à:		
Ações ordinárias	(27.591)	(18.634)
Ações preferenciais	(58.447)	(39.472)
Número médio ponderado de ações:		
Ordinárias	9.510.277	9.510.277
Preferenciais	18.314.504	18.314.504
	-----	-----
	27.824.781	27.824.781
	-----	-----
PREJUÍZO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO:		
Ações ordinárias - R\$	(2,9012)	(1,9593)
Ações preferenciais - R\$	(3,1913)	(2,1553)
	=====	=====

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o prejuízo básico por ação é igual ao prejuízo diluído por ação.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Repactuação de empréstimos e financiamentos

Industrial do Brasil – Em julho de 2024, a Companhia repactuou dívidas dos empréstimos ACC no montante de R\$1.909, considerando taxa de juros anual de 13,2% com amortização em outubro/2024. Em novembro de 2024, a Companhia repactuou dívidas dos empréstimos ACC no montante de R\$1.743, considerando taxa de juros anual de 12% com amortização em março/2025. Em março de 2025, a Companhia repactuou dívidas dos empréstimos ACC no montante de R\$1.659, considerando taxa de juros anual de 12,5% com amortização em junho/2025. Os empréstimos são garantidos por notas promissórias.

Banco Sofisa - Em novembro de 2024, a Companhia repactuou dívidas dos empréstimos no montante de R\$4.062, considerando vencimento até novembro de 2029, A amortização do principal a partir de dezembro de 2025. O empréstimo é garantido por aval e penhora de imóveis.

As repactuações apresentadas acima não estão refletidas nas apresentações do balanço e notas explicativas das demonstrações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2024.

b) Outros eventos subsequentes

- Grupamento de ações - Em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Companhia, realizada em 12 de março de 2025, foi aprovado o grupamento da totalidade de ações de emissão da Companhia na proporção de 4 ações para 1 ação da mesma espécie sem modificação do valor de seu capital social.

* * * * *



COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE (em recuperação judicial)

CNPJ/MF Nº 21.255.567/0001-89

NIRE 3130004221-9

Companhia Aberta

Nos termos do artigo 25, v, da Instrução CVM 480/09, segue declaração da diretoria sobre o parecer dos auditores independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o conteúdo e opinião expressos no relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia para o trimestre findo em 30 de junho de 2024, emitido nesta data.

Montes Claros, 28 de março de 2025.

Josué Christiano Gomes da Silva
Diretor Presidente

Barbara Gomes da Silva
Diretora



COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE (em recuperação judicial)

CNPJ/MF Nº 21.255.567/0001-89

NIRE 3130004221-9

Companhia Aberta

Nos termos do artigo 25, vi, da Instrução CVM 480/09, segue declaração da diretoria sobre as demonstrações financeiras.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2024, autorizando sua conclusão nesta data, em atendimento ao inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

Montes Claros, 28 de março de 2025.

Josué Christiano Gomes da Silva
Diretor Presidente

Barbara Gomes da Silva
Diretora